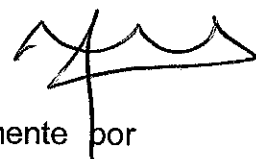


35. ACORDO A CELEBRAR ENTRE A ASSOCIAÇÃO JURIDICA DE BRAGA E O MUNICÍPIO DE BRAGA:

Da **Sr^a Vereadora Olga Pereira**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a minuta de acordo de colaboração a celebrar entre a **Associação Jurídica de Braga** e o **Município de Braga**, que se anexa.

Proposta

210908



A Associação Jurídica de Braga (A.J.B.) foi reconhecida oficialmente por despacho régio de D. Maria II publicado no Diário do Governo de 5 de Novembro de 1835, em documento da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, sendo dela titular Rodrigo da Fonseca Guimarães.

A decisão acolheu uma proposta do Juiz de Direito da comarca de Braga, Dr. António Cardoso de Faria Pinto, pouco tempo antes endereçada às autoridades centrais do País. Curiosamente, e justificando a formal aceitação, logo aí se reconheceram os dignos intuitos de utilidade pública do projeto. Utilidade, assinala-se, que sucessivos Governos da Nação e regimes políticos distintos vêm reconhecendo, sem quebras, até hoje.

Após um longo período de inatividade - desde finais do século XIX até ao início da segunda metade do século XX -, a A.J.B. renasceu em 1953, essencialmente devido ao empenho dos responsáveis da revista luso-brasileira "*SCIENTIA IURIDICA*" que, em 1951, se começara a editar em Braga, através da "Livreria Cruz & Companhia".

Naquele ano de 1953, o Ministro da Educação Nacional aprovou os estatutos da A.J.B., reiterando o seu interesse público e consagrando, portanto, o seu *renascimento*.

A A.J.B. é, portanto, a segunda mais antiga entidade pública ou privada (após a Universidade de Coimbra), que, no presente, se dedica, em exclusivo, ao «*estudo, progresso e difusão da Ciência e da Cultura jurídicas*». Assim rezava o aludido despacho governamental, justificando o expresse reconhecimento. É detentora de uma preciosa biblioteca – gradualmente enriquecida com valiosas doações – onde constam, v. g., coleções completas do B.M.J., da R.L.J., de revistas jurídicas há muito extintas e um rico manancial de livros de outras proveniências e países, fruto de permutas com diversas entidades.

Indelével marca deixaram, igualmente, pelo seu indiscutível prestígio, quer colaborando na mesma revista quer na AJB, ou em ambas, juriconsultos eméritos, como Giorgio del Vechio, Guilherme Braga da Cruz, Cavaleiro de Ferreira, Álvaro Machado Vilela, Inocêncio Galvão Teles, Manuel Gomes da Silva, António de Oliveira Braga, José Ferreira Salgado, entre outros, para citar apenas os mais coevos.

De sublinhar também que sempre a AJB assumiu, e assim se mantém, um carácter *plural* na comunidade jurídica, nela congregando magistrados, advogados, académicos, notários, conservadores e juristas em geral.



A A.J.B., de então para cá, e mantendo a sua total autonomia e carácter privado, vem assegurando sem interrupções uma regular atividade de debate e estudo de todo o tipo de temas do Direito, no seu sentido mais abrangente, organizando conferências, seminários e colóquios, frequentemente em cooperação com a Delegação de Braga da Ordem dos Advogados e com a Escola de Direito da Universidade do Minho.

Tanto no contexto da região de Braga como no noroeste do País, sobretudo, a A.J.B. assume um relevo indiscutível entre as entidades que às Ciências Jurídicas se dedicam pelo que constitui, *de per sí*, uma instituição marcante no respetivo espaço cultural.

Não por acaso, a A.J.B., tem merecido a visita solene de quase todos os Ministros da Justiça após o 25 de Abril. E, por ocasião das cerimónias comemorativas dos 50 anos da "*SCIENTIA IURIDICA*", em 2001, o Sr. Presidente da República de então, Sr. Dr. Jorge Sampaio, dignou-se também visitar esta - já veneranda – associação.

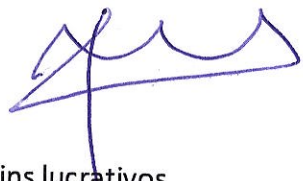
Tendo em atenção o histórico desta Associação sumariamente descrito, a sua importância no contexto jurídico, sobretudo na comarca e cidade de Braga, a necessidade de manter a sua atividade e as contrapartidas propostas ao município de Braga, propõe-se a outorga do Acordo de Colaboração que ora se anexa.

Braga, 8 de setembro de 2021

A Vereadora,

Olga Pereira

Acordo

À vs de Etno
2109-58


Entre a **Associação Jurídica de Braga**, Instituição de Utilidade Pública sem fins lucrativos, titular do NIF 501640142, com sede na Praça Padre Ricardo da Rocha nº 23, da cidade de Braga, neste ato representada pelo seus Presidente e Tesoureiro, com poderes bastantes, respetivamente Juiz Desembargador Dr. José António Machado Estelita de Mendonça e Procurador da República Dr. Luís António da Cunha Sotto Mayor Felgueiras;

E

Município de Braga, pessoa coletiva nº XXXXXXXX, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, aqui representada pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio,

É celebrado o presente acordo, subordinado às cláusulas seguintes:

1º

A Associação Jurídica de Braga, em conformidade com os seus fins estatutários e seu substrato cultural e histórico, dedica-se, sem fins lucrativos, à realização e culto da ciência jurídica, em cujo âmbito se inclui a realização de estudos, conferências, anotações de decisões judiciais, seus comentários e críticas de natureza jurídica, entre outras.

2º

Nos seus fins têm sido incluídas, como continuarão a ser, a realização de palestras, estudos, conferências e sessões de esclarecimento sobre as autarquias locais, seu direito regente e disciplinas jurídicas conexas ou convergentes com o Direito das Autarquias Locais.

3º

O segundo outorgante, reconhece ser de seu interesse a existência e a divulgação, no Município, e entre os seus colaboradores, das matérias de natureza jurídica que diretamente integram o âmbito do Direito das Autarquias Locais e regem seus domínios conexos ou complementares.

4º

Tendo presentes aqueles fins e o recíproco interesse de ambas as partes outorgantes, estas acordam em que o primeiro outorgante, nas suas instalações ou naquelas que, no

âmbito concelhio da segunda outorgante, esta lhe indicar, a primeira, em cada ano, realize quatro sessões de esclarecimento, divulgação ou formação no âmbito das referidas matérias.

5º

Competirá à segunda outorgante indicar à primeira, com antecedência não inferior a 30 dias, e por escrito, a data e o objeto da palestra, sessão de estudo ou conferência, cuja duração temporal não excederá 1 hora, nesta se incluindo o tempo que se torne necessário para responder a dúvidas ou complementar a exposição.

6º

A título de compensação pela realização das referidas atividades, a segunda outorgante pagará à primeira até ao dia 31 de Dezembro de cada ano, a quantia de €: 5.000,00 (cinco mil euros), independentemente de a segunda indicar ou não à primeira as datas de realização das referidas iniciativas.

7º

O pagamento será efetuado mediante transferência bancária, para o seguinte IBAN PT50 0036 0038 99100372721 94, até ao final do mês de janeiro de cada ano.

8º

O presente acordo vigorará por um período de 3 anos, salvo se qualquer das partes outorgantes o denunciar, mediante comunicação escrita e dirigida à contraparte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, relativamente à data da cessação da sua vigência.

Braga, XX.XX.2021

P'la primeira outorgante

P'la segunda outorgante
